



A MALANDRAGEM DA CAPOEIRA ANGOLA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

FELIPE ARAUJO FERNANDES

RESUMO

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (2018), critica a educação formal como um modelo "bancário", onde o educador deposita informações em estudantes passivos, transformando-os em meros receptores. Esta abordagem promove a memorização mecânica, inibindo a autonomia e o pensamento crítico. Freire argumenta que tal sistema não apenas perpetua a passividade, mas também serve a um projeto político que mantém as estruturas sociais opressivas, limitando as classes mais pobres a serem mão de obra barata e desprovidas de participação ativa. No contexto atual, dominado pela proliferação de informações e Fake News, a relevância da crítica de Freire é evidente. A educação deve ir além da transferência de informações, fomentando uma postura crítica e reflexiva. Freire propõe uma "educação problematizadora e libertadora", que desafia o modelo bancário e encoraja a autonomia e a criatividade dos estudantes. A partir dessa reflexão de Freire, trazemos a Capoeira Angola, como uma abordagem educativa importante de ser observada pela educação formal. Mais do que uma arte marcial, a Capoeira é um veículo de transmissão de valores como autonomia, consciência e criatividade, através de uma pedagogia que permitiu que essa arte tenha sobrevivido tanto tempo, apesar das inúmeras perseguições. O conceito de "malandragem" na Capoeira, longe de ser pejorativo, simboliza a habilidade e a inteligência necessária para enfrentar adversidades e a capacidade de dar respostas criativas em uma sociedade desigual. Em suma, a educação contemporânea, seguindo Freire, deve transcender a mera transmissão de conteúdo, focando no desenvolvimento de habilidades críticas e autônomas para navegar em um mundo complexo e saturado de informações.

Palavras-chave: Artes Marciais; Inteligência; Auto-defesa; Sabedoria; Desafio.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo explora a crítica de Paulo Freire à educação formal, especificamente ao modelo "bancário" de ensino, conforme apresentado em sua obra *"Pedagogia do Oprimido"* (2018). A análise se concentra em como esse modelo promove a passividade e a memorização mecânica, em detrimento do pensamento crítico e da autonomia dos estudantes. Além disso, investiga-se a relevância dessa crítica no contexto contemporâneo, marcado pela proliferação de informações e pela ascensão das Fake News. A pesquisa também examina a Capoeira Angola como uma prática educativa alternativa, que encoraja valores como autonomia, consciência e criatividade, alinhando-se aos princípios freireanos de uma "educação problematizadora e libertadora".

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando análise de conteúdo para examinar as obras de Paulo Freire, com foco especial em "Pedagogia do Oprimido". Foram realizadas revisões bibliográficas de literatura sobre Capoeira e ensino, por exemplo, de Felipe Araujo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paulo Freire, o renomado educador brasileiro, já denunciava em sua *Pedagogia do Oprimido* o modelo de educação formal, chamando-a de uma educação “bancária”. Esse termo remonta à imagem de uma instituição financeira, na qual, o processo educativo se daria por “depósitos”, feitos pelo educador, sobre o estudante. Vejamos a crítica, nas palavras do autor:

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão.

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2018, p. 80)

Neste trecho temos a denúncia de dois aspectos; o primeiro é a ideia de que o educando é alguém desprovido de conhecimentos, cabendo ao educador cumprir esse suposto papel de “encher” o aluno de informações. E o segundo é uma ideia de educação meramente passiva, de reprodução de informações, ou seja, não há a possibilidade do desenvolvimento da autonomia. Isso não ocorre por mero acaso. Mas, faz parte de um projeto político, que visa negas as parcelas mais pobres da sociedade o direito de ser sujeito e participante das decisões, nos limitando a sermos apenas mão de obra barata.

Em um modelo de sociedade no qual a criatividade e a criticidade são pouco estimuladas, ou até reprimidas, é natural que a ignorância e a manipulação ganhem espaço. Assim, podemos observar fenômenos de proliferação de informações falsas sendo produzidas, divulgadas e até defendidas, sem qualquer método sistemático de verificação da veracidade. E em um país em que a maioria da população não dispõe de equipamentos culturais e investimentos público em iniciativas artísticas populares, então, a escola acaba sendo um dos principais espaços de formação artístico-cultural e até social. Assim, por mais que tenhamos crítica ao formato da escola em uma sociedade dividida socialmente, a educação formal ainda é um espaço pelo qual devemos lutar, no sentido de oferecer para o conjunto da população, em especial os mais pobres, condições de se desenvolver plenamente, nos mais diversos aspectos, incluindo uma postura crítica diante das informações que chegam até nós e a possibilidade de se expressar de forma rica e consciente, nas mais diversas linguagens. Na contramão disso, temos um projeto capitalista de escola que retira componentes curriculares fundamentais como, por exemplo, Filosofia e Educação Física, como sugere a proposta de NEM (Novo Ensino Médio).

No mundo contemporâneo, apesar da enxurrada de informações a que temos acesso, não é evidente que todos dispomos de ferramentas (mentais/corporais) para saber o que fazer com tantas informações. Não é à toa que o tema das *Fake News* tomou tanta repercussão nos últimos anos, afinal, aponta para o fato de que não basta chegar até a informação, mas, sobretudo, ter uma postura reflexiva, crítica e consciente diante delas e de seus propagadores.

Essa questão coloca em xeque o papel do próprio professor, afinal, se por um lado não entendemos o educador como o único detentor do saber, por outro lado, também não compartilhamos da posição de que o professor deve ser apenas um “mediador” um “facilitador”. A primeira proposta anula toda autonomia dos estudantes e enjaula a potência criativa destes, tomando o processo educacional como uma hierarquia vertical engessada, aos moldes das estruturas militares. Já a segunda, torna o professor mero apetrecho na sala de aula, já que seu papel se reduz a tão somente ajudar o estudante a chegar às informações.

Ambas propostas reproduzem o modelo de educação bancária, sendo que a primeira concentra no professor o papel de “depositar” as informações e valores. Enquanto a segunda retira do educador seu papel, já que todas informações podem, supostamente, serem acessadas pela internet, ou seja, já estão nas mãos dos alunos, através de seus celulares, cabendo ao professor apenas mediar esse processo.

Nossa proposta pedagógica não compartilha de nenhuma destas abordagens. Se por um lado combatemos a ideia de uma escola que vê os alunos como robôs, como meros reprodutores subordinados aos educadores, por outro, também não defendemos uma escola em que o professor seja mero apetrecho para ensinar os estudantes a usarem as “novas tecnologias”. Certamente que é importante que a escola disponha de ferramentas tecnológicas à disposição de educadores e estudantes, assim como é importante cursos de atualização e especialização oferecidos pela rede pública para que os professores aprendam a manipular essas ferramentas.

Contudo, isso deve ocorrer de forma natural. É ilusão querer pegar professores que não têm qualquer interesse nessas ferramentas e tentar obrigá-los a usarem lousa digital, impressora 3D, dar aulas de robótica ou criar um perfil no *Tik Tok* para ensinar Biologia. Isso vai ser feito e deve ser estimulado, mas, por aqueles que gostam e têm essa abordagem como sua proposta pedagógica. Não podemos forçar a barra e os alunos percebem logo quando isso é feito de forma não natural.

O uso das novas tecnologias e a expressão nas redes sociais é uma realidade da sociedade contemporânea. Logo, ela vai surgir dentro da escola, afinal, a escola é uma instituição totalmente incluída na sociedade, composta por pessoas reais e, sobretudo, por crianças e adolescentes, que possuem, por si próprios, uma postura espontânea e autoral. Porém, não compartilhamos com a afirmação de que os professores devem “falar a língua” dos alunos.

A questão, ao nossos ver, não está na linguagem, o problema é de outra ordem, é político. É mera ilusão achar que as gerações mis antigas vão “falar a língua” dos jovens, o mais fácil é os jovens acharem ridículo e “*cringe*”. Sobretudo se for feito apenas para cumprir normas curriculares.

O problema da educação é mais profundo que isso; é político. O ponto é que a escola do mundo contemporâneo não tem intenções de formar o conjunto da sociedade para uma postura autônoma e crítica, uma postura criativa e de participação da sociedade. O objetivo é manter a estrutura social beneficiando aos opressores. Vejamos o que aponta Paulo Freire:

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação (Freire, 2018, p. 83).

Assim, a raiz do problema não é exatamente pedagógica. No sentido de que poderia ser solucionada com uma proposta metodológica mais eficaz ou com uma linguagem “mais jovem”. O ponto é que a escola formal tem como objetivo manter a sociedade de tal maneira que as estruturas sociais não sejam questionadas e muito menos abaladas. Nesse sentido, a luta é de esfera política. Sendo assim, não é uma tarefa individual de cada professor ou de empenho de cada aluno, como muitas vezes nos faz parecer o modelo meritocrático. Em se tratando de um problema político, a resposta deve ser também política. Trata-se antes de um modelo de escola e de educação a que devemos lutar. Certamente que isso passa por uma pedagogia mais ajustada, mas, esse ponto é consequente, porque podemos eleger a melhor pedagogia e os melhores professores, mas, ainda assim, se tivermos uma estrutura social pauperizada e castradora, a educação não será emancipadora. É nesse sentido que Paulo Freire propôs uma “educação problematizadora e libertadora”, contra uma educação “bancária”.

É nesse cenário que trazemos a Capoeira Angola. A Capoeira é uma arte marcial, com raízes na cultura e filosofias africanas, que foi cunhada no território brasileiro em uma realidade de colonização e escravização, por pessoa que viveram na pele todo tipo de preconceito e discriminação, em sua maioria pobres e negros. Assim, além de desenvolver enquanto uma expressão artística, ela precisava, ao mesmo tempo, também se desenvolver enquanto luta, para sobreviver e para garantir a sobrevivência de seus praticantes/zeladores. Sobretudo lutando pelo direito à liberdade, à felicidade e à dignidade. Como apontado no artigo, *Quando a arte e o artista se misturam: a capoeira angola e a luta pela liberdade* (2023):

Em resumo, a Capoeira Angola é uma luta porque oferece ferramentas para desenvolver uma capacidade marcial muito mais ampla e eficaz que dar chutes e socos, trata-se de uma tecnologia ancestral de estratégias de preservação e potencialização da vida, que permitiram que essa arte chegasse até os dias de hoje, por mais que tenha sido perseguida e atacada. Ela ensina através do corpo a proteger o corpo do capoeirista, pois é através do corpo que essa tecnologia ancestral se conserva e perpetua. Assim, tendo um corpo protegido, pode-se proteger o legado ancestral, que não é exatamente palpável, mais que se materializa através do corpo, do corpo que se movimenta na roda. (FERNANDES, 2023a, p. 85-86)

Podemos ver, no trecho citado, que a Capoeira Angola precisou desenvolver formas de sobrevivência e de preservação de seus saberes e práticas. Assim, podemos afirmar que há uma pedagogia da Capoeira Angola, com vistas a conseguir ensinar para os mais novos seus fundamentos, conceitos e práticas. E essa pedagogia tem como centro, ao nosso ver, uma defesa da autonomia, da consciência, da cooperação e da criatividade. Além de outros valores.

Nesse sentido, mais do que ensinar golpes ou acrobacias, a Capoeira ensina valores capazes de dar aos seus praticantes ferramentas para sobreviver nesse mundo de forma livre, digna e feliz. Assim, ela ensinar a lutar, mas, não apenas a luta do “combate corporal”, mas, principalmente, a luta de enfrentar as adversidades da vida cotidiana, em uma sociedade dividida socialmente em classes. E é justamente nessa luta que as competências e valores mais importantes são transmitidos.

De modo que mais do que ensinar a memorizar ou reproduzir movimentos corporais, o mestre busca ensinar a autonomia do aluno, para que ele próprio aprenda a usar seus próprios recursos, corporais e mentais, na hora do “jogo”, da roda. Assim, os golpes e movimentos corporais são importantes, mas, não têm importância em si, enquanto conteúdos, sua importância está quando aprendemos habilidades e valores através deles. Assim, eles são mais dispositivos pedagógicos corporais, que ensinam o praticante a dar respostas criativas e autônomas às demandas. E essas habilidades e valores transbordam para além de roda de Capoeira, podendo ser praticados na “grande roda”, ou seja, no mundo real, na vida.

Da mesma forma entendermos a escola formal. O mais importante não é aprender as fórmulas, datas ou conjugações verbais (por mais que sejam importantes. O mais importante

mesmo é que capacidades podemos desenvolver quando estamos a nos dedicar a aprendes esses “conteúdos”. E, se pensarmos as relações humanas que se estabelecem na escola; mais do que aprender regras de comportamento, os alunos aprendem na escola posturas, valores e gestos de convívio, que podem ser aplicados na vida. É nesse sentido que defendemos a importância da Filosofia no ensino público, sobretudo uma Filosofia que pense o corpo, porque este componente curricular tem um papel central em estimular uma postura ativa e autônoma diante das dificuldades da vida. Afinal, a maioria dos problemas reais não podem ser revolidos memorizando respostas prontas, ou pergunto para o “ChatGPT”. É preciso uma postura autoral e corajosa diante da vida, é preciso viver e adquirir experiências, é preciso refletir, criticar e lutar por melhorias. E isso só se aprende vivendo e socializando.

Sobretudo em um cenário pós isolamento social, em que os estudantes tiveram limitadas suas possibilidades de interação social e, portanto, possibilidades de lidarem de forma autônoma diante das adversidades da vida, pudemos perceber como é importante a experiência prática real diante dos desafios. Assim, com o isolamento, pudemos perceber nas escolas um efeito de aumento dos casos de problemas de ordem mental e social. Vejamos um trecho do artigo, *A importância de uma Filosofia que pense o corpo no cenário pós-pandemia*:

Essa compreensão de filosofia tem um poder pedagógico, pois ensina aos estudantes a aprenderem por conta própria com os momentos de dificuldades e turbulências. Ensina a desenvolver habilidades e competências na arte que é viver a vida. E como a vida em um sistema dividido em classes é repleto de lutas, logo, os estudantes são obrigados a aprenderem a lutar, no sentido mais amplo da palavra. O que vai muito além de aprender a dar socos e chutes, mas justamente a lutar pelo que se acredita, a lutar por um mundo mais justo e digno.

Tal como um mestre de artes marciais ensina aos seus discípulos não apenas golpes, o professor de Filosofia também prepara seus estudantes para o mundo real, para que ele próprio saiba como se defender e como defender o que acredita ser certo, afinal, não é o professor que fará isso por ele. (FERNANDES, 2023b, p. 18)

O ensino de filosofia é fundamental para o desenvolvimento de estudantes com pensamento reflexivo, crítico e autoral. Em verdade, todas as disciplinas da escola deveriam desenvolver essas habilidades. Afinal, elas são importantes para qualquer profissão ou atividade humana. Contudo, no contexto de uma educação “bancária”, é evidente que estes elementos sejam colocados em segundo plano e até perseguidos, sob o pseudoargumento de doutrinação ou de interferência de valores familiares. De maneira que defendemos um projeto de ensino que seja em tempo integral e que ofereça de fato aos estudantes o direito de escolher se dedicarem a áreas de seus interesses, mas, sem com isso, retirar destes estudantes o direito de acessar os conhecimentos básicos acumulados pela humanidade nos últimos séculos. Assim, um projeto de reforma do Ensino Médio integral deve acrescentar a oferta de componentes e não retirar.

Mas o que temos visto é justamente um processo de empobrecimento dos currículos, com a justificativa falsa de dar aos estudantes escolha de disciplinas, quando na verdade, as grades já chegam prontas e voltadas para uma lógica capitalista, ou seja, repleta de conteúdos de empreendedorismo, uma visão de profissionalização que gera trabalhadores acríticos e submissos e que retira da esmagadora maioria dos estudantes pobres a esperança de passar no vestibular, que segue “cobrando” as disciplinas básicas. Novamente, insistimos que essa não é uma mera decisão pedagógica. Mas, um projeto político. Projeto antigo, mas, que no cenário atual se intensifica, afinal, entende a escola apenas como uma fábrica de mão de obra barata e não questionadora. Se observarmos os principais documentos orientadores da educação, bem como a própria Constituição Federal, em seu Artigo 205, veremos a função da escola, ao menos “no papel”: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2020, n.p.).

Ou seja, o papel da escola não é o de preparar mão de obra, e muito menos nos moldes de exploração que ainda temos. A escola até tem o papel, segundo a Constituição, de qualificar para o trabalho. Mas, além disso, tem a tarefa de “pleno desenvolvimento da pessoa” e seu preparo para o “exercício da cidadania”. Contudo, quando pensamos Educação (formal, ao menos), em geral, as pessoas pensam em “conseguir diploma” para “conseguir emprego”. Mesmo os “diplomas de Ensino Superior”, acabam sendo vistos que exclusivamente como formas de “conseguir um emprego melhor”.

Esta é uma demanda legítima! Afinal, todos precisam e devem trabalhar. Nosso ponto é que limitar a escola a esse papel é altamente perigoso. Pois mistura esferas distintas e deveres distintos do Estado. Afinal, em um cenário que não há empregos para todos é uma falácia dizer que é papel da escola tornar as pessoas aptas a conseguirem um emprego. Mesmo que tivéssemos uma educação ideal, perfeita, se as vagas de emprego são 5 e a fila de desempregados é de 10, logo, pessoas ficarão de fora. A conta não fecha. E isso não é culpa da escola. Ou mesmo das pessoas que não conseguiram a vaga. Trata-se, de um problema estrutural. Um problema, novamente, políticos.

A mesma metáfora pode ser usada para o acesso ao vestibular. O Sisu de 2023.1 ofereceu 226.399 mil vagas, para todo o Brasil. Ao passo que o número de inscritos foi de cerca 3 milhões e 900 mil, dos quais 3,4 milhões foram fazer a prova. Ou seja, só haveria vaga para 6,66% destes. E, novamente, é muito comum ouvirmos, no senso comum, pessoas afirmarem que a escola não prepara os candidatos para os concursos.

E, nessa lógica, os estudantes buscam formas de competir, fazendo cursos e gastando horas e saúde mental estudando para conquistar sua vaga. Mas, como apontamos, o problema não é pedagógico. É um problema político. Porque mesmo se todos estudassem na escola ideal e tivessem o empenho ideal, ainda assim, mais de 90% ficaria excluído do direito de fazer uma faculdade.

Essa é a realidade brasileira, há séculos. Uma sociedade que não oferece vagas e “oportunidades” para todos e culpabiliza as vítimas: “a culpa é do aluno que não se esforça”, “a culpa é do professor que não ensina direito”. Quando na verdade, nestes casos tratados, trata-se de um problema de outra esfera; de um projeto social que impede que a maioria da parcela mais pobre, em sua maioria negra, acesso as vagas de Ensino Superior públicas e as vagas de emprego com melhor remuneração. Nesse cenário, não é de se estranhar que os estudantes não tenham “motivação” de estudar ou de buscar empregos formais. A realidade é que tendo em vista a realidade do cenário, em um mundo utilitarista, os mais jovens acabam, muitas vezes, por dar uma resposta de curto prazo para sobreviverem, em empregos informais e sem direitos trabalhistas. A verdade é que há séculos as parcelas mais pobres são empurradas a viver na informalidade, e buscar “dar um jeitinho” para sobreviver.

É justamente nesse cenário que surge a ideia de “malandragem”. A malandragem era uma habilidade que as parcelas excluídas da sociedade, em sua maioria negros e indígenas, precisavam desenvolver para sobreviver em um ambiente de hostilidade, preconceitos e de pobreza extrema. Justamente por isso o termo ficou estigmatizado com uma semântica difamatória. Muito associada àqueles que se utilizavam de práticas ilegais, como jogos de azar, prostituição, segurança privada e apresentações artísticas como o samba e a capoeira, por exemplo.

Estas já foram todas práticas ilegais, ainda que hoje estejam oficializadas e até integradas ao sistema, como é o caso de jogos como Loteria esportiva, Bingos e Casas de apostas. O fato é que os malandros eram, nada mais, do que pessoas que precisavam sobreviver, e queriam ter uma vida digna e feliz. Mas, uma vez excluídos, viviam sempre na margem da ilegalidade. Assim como hoje, muitos precisam, por exemplo, vender mercadorias nos transportes públicos e vias e, muitas vezes, são reprimidos por seguranças e polícias, afinal trata-se de uma prática ilegal.

Essa vida de uma luta constante pela sobrevivência, de uma necessidade de “jogo de cintura” e de “malemolência” para conseguir seu sustento ou mesmo realizar sua prática cultural criminalizada é o que moldava os “malandros”. Ser malandro é, assim, uma postura diante de uma vida injusta, sendo obrigado a ser criativo, inteligente, comunicativo, proativo, determinado, corajoso, etc. Todos esses atributos são fundamentais para qualquer “empreendedor” ou “investidor” do mundo de hoje. Mas, como estamos a falar da parcela mais pobre e de pele mais escura da sociedade, as suas práticas são quase sempre criminalizadas ou descreditadas. Os chamados de vadios.

No contexto da Capoeira Angola, ser malandro é aprender a ler a situação e saber como usá-la a seu favor. Implica uma certa “malícia” para transformar situações que podem ser desfavoráveis e tirar proveito delas. E isso exige uma forte sensibilidade para “escutar” o cenário. Assim, em um jogo de Capoeira, o tempo todo estamos exercitando nossa malandragem, nunca o jogo é combinado e previsível. Assim como a vida, que nos apresenta situações inesperadas e nos exige respostas rápidas e assertivas, o jogo da capoeira também nos estimula constantemente a desenvolver nossa autonomia, inventividade e flexibilidade.

Mas, não é possível ensinar ninguém a ser malandro. Malandragem se aprende, mas não se ensina. E esse é o papel do mestre; criar um ambiente seguro para que o próprio discípulo se desenvolva por conta própria e de suas próprias respostas. E isso é feito, colocando desafios para o aluno, fazendo “pegadinhas”: uma rasteira, uma cabeçada. Sempre em um nível possível de ser solucionado, mas, ainda assim, exigindo um certo esforço dele. Essa é a medida: “nem fácil demais” e nem “difícil demais”. E com o tempo, o aluno vai pegando os “golpes” e “esquivas” que aprende e vai, ele próprio, criando a sua própria maneira de gingar e de jogar. Trata-se de uma tarefa pessoal do discípulo, mas, o mestre é seu orientador e peça fundamental, por isso, respeitamos tanto os mestres, porque é ele quem nos transmite esse legado. É ele quem a mais tempo protege esse saber e essa pedagogia e, com ela, protege a comunidade de praticantes, em uma troca.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que a educação formal tem muito a aprender com a pedagogia da Capoeira Angola, que inspira a valorizar a figura do mestre/educador, quanto no papel de autonomia do educando. Em sua metodologia, temos uma postura que valoriza uma postura libertária e emancipatória por parte do aluno, dando a ele um ambiente para se desenvolver de forma livre e segura, estimulando habilidades e valores como criatividade, autoria e autonomia. Buscamos, defender também a malandragem, não de forma estigmatizada, mas, justamente como uma resposta aos cenários de precarização e injustiça a que a parcela mais pobre foi empurrada, o brigando a sempre buscar alternativas criativas para sua sobrevivência e uma vida digna e feliz.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Felipe Araujo. Quando a arte e o artista se misturam: a capoeira angola e a luta pela liberdade. **Revista Científica/FAP**, 28(1), 2023, 79–109, 2023.

FERNANDES, Felipe Araujo. A importância de uma Filosofia que pense o corpo no cenário pós-pandemia. **Ensino Em Perspectivas**, 4(1), 2023, 1–23, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65ª edição. Paz & Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 2018.